

## Lex

PEDRO PINTO "MANAGING PARTNER" DA SOCIEDADE PBBR

# “Crise inflacionista tem adiado decisões de investimento”

**A receita contra a inflação, como a subida das taxas de juro, tem “arrefecido ou adiado algumas decisões de investimento”, diz o advogado Pedro Pinto.**

JOÃO MALTEZ  
jmaltez@negocios.pt

A conjuntura económica está longe de ser a melhor, mas os investidores empresariais continuam ativos, assegura em declarações ao Negócios Pedro Pinto, “managing partner” da sociedade pbbbr. O advogado admite, contudo, que “a crise inflacionista e os efeitos recessivos de algumas medidas de controlo da inflação, com particular ênfase nos valores das taxas de juro, têm arrefecido ou adiado algumas decisões de investimento”. Nesta entrevista, fala ainda do que defende no próximo Orçamento do Estado e explica o novo papel da firma de advocacia que dirige no plano internacional, na sequência da recente entrada na rede multinacional de sociedades de advogados Meritas, que envolve 94 países.

O que representa para um escritório como o da pbbbr tornar-se membro da rede internacional de sociedades de advogados Meritas?

É certamente um motivo de orgulho. Representa também uma responsabilidade, pois além de ter sido seguido um criterioso método de seleção, existem mecanismos periódicos de controlo de qualidade, auditados por um comité específico. Isso agrada-nos.

Que tipo de processo levou à seleção da vossa sociedade para entrar neste projeto?

A Meritas desenvolveu um processo de seleção no mercado português que culminou na definição de uma “short list”, no ter-

mo do qual fomos escolhidos, tendo recebido um convite formal para aderir à aliança.

E a partir de agora, de que forma podem os vossos clientes beneficiar da entrada da sociedade nesta aliança multinacional?

Quando precisarem de internacionalizar-se ou resolver um assunto que tenha de ser tratado numa outra jurisdição, podemos colocar ao dispor dos clientes uma rede de escritórios de advogados global, em 94 países, nalguns casos em diversas cidades desses países, como nos Estados Unidos.

E o que é que a vossa equipa oferece às outras sociedades de advogados que integram a Meritas?

Como se diz em inglês, “what you see is what you get”. Não pretendemos ser mais do que somos, mas estamos muito confiantes na nossa qualidade e capacidade de fazer advocacia de primeira linha, de acordo com os melhores standards, incluindo internacionais. Por outro lado, estamos totalmente comprometidos em investir na aliança, sabendo que deve ser um esforço transversal na aliança, e que este é um projeto de médio/longo prazo, na medida em que hoje em dia se pode ter essa perspetiva temporal.

Que tipos de trabalhos serão possíveis desenvolver ao nível da assessoria jurídica que não desenvolvessem anteriormente?

Diria que a participação na

aliança proporciona o nosso envolvimento de modo mais frequente em assuntos noutras jurisdições, bem como a participação mais frequente em operações com natureza transnacional, o que aliás já está a suceder.

Pelo que é conhecido da vossa atividade, esse era já um trabalho que desenvolviam. Certo?

Não se trata de trabalho que não desenvolvêssemos até agora, trata-se sobretudo de o fazer de forma mais frequente e regular. Na verdade, a assessoria que fazíamos até agora vai continuar a ser feita, mas o potencial de procura dos nossos serviços por clientes internacionais é expandido pela aliança.



Marilene Alves

fatores que estejam a funcionar como dissuasores do investimento no país?

Há um fator decisivo, a meu ver, que tem a ver com um quadro fiscal que não é o mais favorável ao investimento estrangeiro. Sem prejuízo de Portugal ter de manter uma trajetória de contas públicas certas, não se compreende que não apresente um quadro fiscal agressivamente potenciador do investimento estrangeiro. É sempre mais favorável que o espanhol, diria eu. Outro fator é a instabilidade do enquadramento fiscal de determinadas atividades.

Nomeadamente em que setores?

No setor imobiliário isso é dramático. Não posso deixar de referir que iniciativas como o pacote Mais Habitação só podem degradar a perceção que investidores estrangeiros têm da nossa vontade de atrair investimento, estrangeiro ou nacional.

Tendo em conta a referência que faz ao quadro fiscal, que medidas neste âmbito seriam prioritárias para as empresas, tendo em conta o Orçamento do Estado para 2024?

Tem de haver um efetivo desagravamento fiscal para as empresas que criam ou podem criar riqueza, em termos de IRC e outros impostos sobre as mesmas, designadamente uma multiplicidade de impostos e tributação indireta muito pesada.

Defende um orçamento mais amigo do investimento?

O orçamento devia ser expurgado de medidas orçamentais aprovadas num outro quadro parlamentar, de autonomia política diminuída, que são anacrónicas e inimigas do investimento, internacional ou nacional. Para isso, seria importante que as associações representativas dos diversos setores económicos fossem ouvidas e os seus contributos tidos em conta.

E a forma como a Justiça funciona em Portugal afasta investidores?

Não creio e não conheço

exemplos que possam substantiar tal afirmação.

Neste âmbito, o que é preciso melhorar no sistema de Justiça?

Numa ótica de ambiente mais favorável ao investimento, parece-me óbvio que o sistema judicial deve ser dotado de recursos que permitam que as decisões sejam proferidas em tempo útil e compatível com as pretensões das partes e que recorrem aos tribunais. Os juízes têm de poder ser assessorados por profissionais especializados nas matérias sob julgamento. Devem ser criados os mecanismos processuais que penalizem fortemente uma litigância dilatória e nalguns casos de má-fé.

Face à vossa experiência no apoio a clientes, que setores da economia têm estado mais ativos?

O turismo e o imobiliário, a saúde, energia e novas tecnologias parecem-nos os mais ativos no presente contexto.

E que setores têm sido mais penalizados pela conjuntura?

O setor industrial está a sofrer particularmente com o contexto atual, com exceção de alguns subsectores, sobretudo em áreas que antes referi. ■

O que explica o interesse dos novos parceiros da pbbbr pelo mercado português?

Sendo uma aliança global, com presença em 94 países, a Meritas tem de ter um membro exclusivo em Portugal. Esse é o interesse estratégico da aliança, em benefício dos seus membros. O interesse de cada sociedade de advogados da rede dependerá, em primeira linha, dos assuntos e negócios que os seus respetivos clientes tiverem ou queiram potenciar no mercado português.

Na atual conjuntura, marcada por uma guerra na Europa e por uma crise inflacionista, o investimento - nacional e estrangeiro - mantém-se ou potenciais investido-

res têm vindo a adiar as suas apostas no país?

O investimento mantém-se, de uma forma geral, e temos demonstrações diárias disso mesmo. No entanto, sobretudo a crise inflacionista e os efeitos recessivos de algumas medidas de controlo da inflação, com particular ênfase nos valores das taxas de juro têm arrefecido ou adiado algumas decisões de investimento.

Essa tendência que refere é sustentada?

Creio que essa tendência vai manter-se até ao fim do ano de 2023. Contudo, poderá melhorar em 2024.

Além da conjuntura que se vive, em Portugal há outros

“**Sem prejuízo de Portugal ter de manter uma trajetória de contas públicas certas, não se compreende que não apresente um quadro fiscal potenciador do investimento.**”

“**A participação na aliança proporciona o nosso envolvimento mais frequente em assuntos noutras jurisdições [...] e em operações com natureza transnacional.**”

“**Não pretendemos ser mais do que somos, mas estamos muito confiantes na nossa capacidade de fazer advocacia de primeira linha, de acordo com os melhores standards.**”

“**O setor industrial está a sofrer particularmente com o contexto atual [...]. Turismo, imobiliário, saúde, energia e novas tecnologias parecem-nos os mais ativos.**”